



NO CHÃO DA DISPUTA: população negra, mulheres e crianças em registros fotográficos da luta pela terra.

Jaqueline Aparecida Souza Franco, Luciane Ribeiro Dias Gonçalves

ja.quesouza@hotmail.com, luciane.dias@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

Esta comunicação pretende resgatar, por meio de imagens, alguns dos conflitos pela terra acontecidos ao longo da história do Brasil. Lançamos mão de fotografias por acreditarmos que os sujeitos que protagonizaram essas lutas constantemente têm seu protagonismo e sua capacidade de organização, articulação e ação negados. São sujeitos tratados pela historiografia oficial como sem rostos, vozes e cores. Isto devido ao racismo que estrutura a sociedade brasileira e nega o problema da desigualdade social como sendo também racial. Ao projetar o sujeito branco como universal, a sociedade nega a cor da classe social e perpetua a supremacia branca inclusive sobre lugares periféricos, nos quais se encontram massivamente organizados sujeitos negros e seus descendentes. Partimos da hipótese de que indígenas e negros historicamente foram desgarrados da terra por meio da colonização – o primeiro, afanado; o segundo, arrancado, gerando os “Sem Terra” que conhecemos hoje. Nosso trabalho pretende contribuir para a desconstrução das hierarquizações e subordinações que orientam as relações entre negros e brancos, principalmente com relação à posse da terra. Construimos a análise de imagens que relacionam conflitos por conta de posse de terras, mas que subjazem também conflitos raciais. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica e análise documental. Detivemo-nos em autores que abordaram a questão agrária e, epistemologicamente, orientaram-nos os estudos decoloniais.

Palavras-chave: Terra, desigualdade social, conflitos.

INTRODUÇÃO

Quando refletimos sobre a propriedade da terra no Brasil, logo somos remetidos a trabalhos que nos apresentam os conceitos de conflito, concentração e desigualdade. Isto porque a conformação da estrutura fundiária brasileira, nos moldes que se encontra até a atualidade, exclui e aliena uma pluralidade de sujeitos do acesso à terra, ocasionando graves problemas sociais que atingem tanto o campo quanto a cidade.

Para Paula (2016), não há como cogitar uma análise da formação social brasileira sem esbarrar na questão agrária. Existe uma pertinência e um lastro interdisciplinar no processo civilizatório mais amplo. Para o autor, a falta de solução para a extrema desigualdade social que marca o país reside na concentração de terras como propriedade privada.

O Brasil fez-se marcado pela estrutura agrária latifundiária, oligárquica, cujo domínio



estende-se para além das cercas das propriedades, chegando a instituições e órgãos estatais. A força dessa estrutura pode ser verificada até mesmo em momentos de transformações sociais em âmbito mundial que, em alguma medida, impuseram a necessidade de readaptação dos senhores da terra. O latifúndio nascido com a colonização chega incólume à atualidade, protegido politicamente e tutelado pela ordenação estatal (PAULA, 2016).

Magrini (2015) argumenta que a concentração de terras foi o sustentáculo da concentração de poder no país, seja no Brasil “descoberto”, no Brasil Colônia, no Brasil Império, no Brasil República, no Brasil ditatorial ou no Brasil redemocratizado. Ao longo de sua história, no Brasil, não houve mudanças capazes de destruir esse pilar cravado na estrutura social brasileira, possuidor de todo um aparato ideológico, midiático, jurídico, empresarial posto em sua defesa.

A apropriação da terra, com a colonização, apresenta distorções e realismo indefensável, haja vista a ofensiva sobre os territórios e a vida de indígenas, e mais tarde a implantação de um regime escravocrata (PAULA, 2016). Tudo isto sustentado pelos pilares ideológicos da supremacia cultural, da imposição religiosa e pelo discurso proprietário, cujas marcas resistem nos corpos e mentes mesmo após a supressão das instituições administrativas nos territórios invadidos.

Diante do exposto, neste trabalho, buscamos abordar, por meio de imagens, alguns conflitos históricos que marcaram (e marcam) a luta pela terra no Brasil. Pretendemos abordar a questão agrária questionando a relação do negro com a terra. Nossa intenção ao privilegiar o uso de imagens é alcançar, a partir desse recurso, uma reflexão que contemple os sujeitos envolvidos nesse processo para além da condição de números ou massas. Se não nos é possível, a partir da pesquisa etnográfica, conhecer nomes e origens desses sujeitos, devido à distância, ao tempo e ao envolvimento que este trabalho demandaria, por meio das imagens é possível percebermos os rostos e as cores desses sujeitos, e daí tecermos conjecturas sobre suas origens e condições sociais.

A fotografia nasce da busca incessante de registrar um fragmento do mundo visível. Sua condição de artefato e fonte primária é, muitas vezes, o que nos resta do acontecido, devido ao seu potencial de representar uma interrupção do tempo, para sempre isolado e interrompido, selecionado em um momento histórico específico. É um importante objeto-imagem para o estudo da história, pois traz em si indicações de sua elaboração material (tecnologia empregada) e mostra um fragmento do real (o assunto registrado), sob o qual o fotógrafo atuou como um “filtro” cultural.

Não pretendemos contribuir com visões que colocam atores sociais em situação de



vulnerabilidade, à espera dos salvadores, quase sempre o homem branco. Acreditamos que tais visões servem para a manutenção de hierarquias étnico-racial/sexual/de gênero, ou seja, das estruturas de poder/conhecimento colonial. Nosso empenho é evidenciar os rostos daqueles que compõem a faceta esquecida de uma história desumanizada, ou seja, a multidão de indivíduos que anonimamente fazem história, vivendo, em seus cotidianos social e culturalmente diferenciados. Nesse sentido, interessa-nos problematizar leituras de mundo responsáveis por cavar um fosso entre o europeu e o não europeu e reconfigurar, assimetricamente, o restante das estruturas globais de poder, especificamente sob a ótica dos conflitos pela posse da terra.

A TERRA EM DISPUTA NO BRASIL

Segundo Paula (2016), a questão agrária no continente latino-americano comporta terras indígenas, terras quilombolas e de outras comunidades à margem, com pluralidades de culturas e de línguas, que resistem, desde os primórdios da colonização, à imanência e à persistência de coisificação da terra em “terra-exploração”, “terra-trabalho”, “terra-mercadoria”, “terra-vazia”.

Existe, portanto, uma história inacabada que se refaz, se apresenta nos processos contra hegemônicos da América Latina, que se atualizam nas resistências indígenas, nas rebeldias dos negros e dos quilombos, nas revoltas camponesas, nos movimentos sociais, nas reivindicações de gênero e em todas as formas que se contrapõem ao projeto de colonialidade.

Segundo Rocha e Cabral (2016), o monopólio da terra no Brasil tem suas origens no século XVI, com as Capitânicas Hereditárias, que foram doadas pelo Rei Dom João III a nobres de sua confiança. Tais capitânicas dividiram o território em 15 (quinze) faixas de terra que se tornaram propriedades de fidalgos portugueses. Para os autores, a estrutura fundiária brasileira firmou-se a partir daí. Os grandes latifúndios escravistas foram resultado desta distribuição desigual de terra iniciada na colonização. É importante destacar que esses latifúndios permanecem até os dias atuais com configurações diferentes. O campo brasileiro é resultado desse processo histórico que culminou em desigualdades sociais que atingem tanto o campo quanto a cidade.

Magrini (2015) argumenta que as lutas dos povos originários e das pessoas escravizadas foram as primeiras formas de mobilizações contra o *status quo* colonial e monopolista da terra e, ao contrário do que narra a história oficial, várias vezes esses sujeitos insurgiram-se contra o poder colonial, criando, inclusive, heróis dessa resistência como Sepé



Tiaraju e Zumbi dos Palmares.

Sepé Tiaraju foi um guerreiro indígena, reverenciado no imaginário popular coletivo, devido sua participação na Guerra Guaranítica, ocorrida no século XVIII, quando os indígenas da etnia guarani se recusaram a deixar suas terras no território localizado no atual estado do Rio Grande do Sul. Já, Zumbi dos Palmares, foi o último líder do Quilombo dos Palmares, um território de resistência à escravidão, que existiu entre 1580 e 1695, na Serra da Barriga, no atual estado de Pernambuco, distante de áreas urbanas, a região de mais difícil acesso naquela Província.

O Quilombo dos Palmares reuniu cerca de 40 mil pessoas, numa sociedade em que os negros podiam viver livres do domínio branco, chefiados por si mesmos, com suas próprias regras e leis. Resistiu, por quase um século, a investidas do Estado contra sua existência. A morte do Zumbi aconteceu, como indicam documentos do período, em 20 de novembro de 1695, data celebrada nacionalmente pela comunidade negra brasileira como o “Dia da Consciência Negra”, momento em que relembram Zumbi e sua trajetória de lutas.

Azevedo (1987) acentua que os quilombos, os assaltos a fazendas, as pequenas revoltas individuais ou coletivas e as tentativas de grandes insurreições se sucederam no Brasil desde o desembarque dos primeiros negros em meados de 1500. As três primeiras décadas do século XIX vieram apresentando o desenrolar de diversas insurreições, entre elas, as insurreições baianas, meticulosamente organizadas pelos haussás e nagôs, cuja, “persistência um dia poderia ter sucesso (AZEVEDO, 1987, p. 35). A autora, em sua obra “Onda negra, medo branco”, ao recuperar o medo como dimensão histórica, nos diz que essas expectativas foram ouvidas e registradas durante as décadas de 1870 e 1880 – “em muitos ouvidos educados ressoava, ameaçadora, a cantiga entoada em 1823 nas ruas de Pernambuco:

„Marinheiros e caiados / Todos devem se acabar / Por que só pardos e pretos / O país não de habitar“ (AZEVEDO, 1987, p. 35)” – evidenciando todo um imaginário do qual se sobressai a percepção de um país marcado por uma profunda heterogeneidade sociorracial, dividido entre uma minoria branca, rica e proprietária e uma maioria não branca, pobre e não proprietária.

MARCAS DO TEMPO PÓS-COLONIAL

De acordo com a historiografia oficial, em 1888 o Brasil promulga a Lei Áurea, uma disposição jurídica que extingue e proíbe, oficialmente, a escravidão no Brasil. Antes, porém, em 1822, o país havia se tornado independente da administração colonial portuguesa e, em 1850, disposto sobre a questão das terras devolutas no Brasil Império a partir da promulgação da



Lei nº 601. Todavia, essas mudanças não trouxeram benefícios que efetivamente transformassem a realidade de uma extensa população pobre formada por negros já algum tempo libertos, indígenas e seus descendentes e nem a população que veio a ser livre do cativeiro após a promulgação da Lei Áurea, em 1888. Essa população, alijada da terra, teve assegurada, por meio da manipulação destes dispositivos, a permanência em situação de violências tratáveis como a fome, o desemprego, a falta de moradia e o genocídio. Isto porque os homens europeus que invadiram estas terras – e se fizeram elite política pela cruz e pela espada – perpetuaram-se no poder, garantindo a imposição e a efetivação do direito do colonizador, fundado numa falsa ideia de superioridade racial, cultural e política que, um vez não desconstruída, os tornou donos de práticas racistas.

Para Paula (2016), os episódios da “Guerra de Canudos” e do “Cangaço”, acontecidos no final do século XIX, sobretudo na região nordeste Brasil, expressam-se como significativas expressões da organização dos povos ligados a terra após a abolição. O primeiro episódio refere-se à investida armada do Exército Brasileiro, sob as ordens do governo, para destruir pessoas, que, assoladas pela seca e a miséria que marcavam a região nordeste entre 1877 e 1897, reuniram-se às margens do rio Vaza-Barris, ou Belo Monte, no Estado da Bahia, formando um povoado liderado pelo religioso Antônio Conselheiro. Essa comunidade acreditava que o fim do sofrimento nos sertões estava na fé e na luta por autonomia. Por isto, o movimento é chamado também de “messiânico”, por ter sido liderado por um religioso, cuja principal promessa era a de um tempo novo, livre da seca e da miséria, conquistado somente a partir de lutas.

Canudos foi um lugar para o qual ocorreu uma grande massa de pessoas expropriadas da terra e de trabalho (PAULA, 2016). Estima-se que a “cidade livre dos camponeses” reunia uma população de mais de 30 mil pessoas. Foi destruída em 1897, depois de três investidas das Forças Armadas Brasileiras, por meio de um devastador ataque do exército com 12 mil soldados, portando o que havia de mais moderno em equipamento bélico na época.



IV CONGRESSO ÉTNICO RACIAL

XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



Imagem 1 – Flávio de Barros (fotógrafo). *400 jagunços prisioneiros*, 2 de outubro de 1897. Canudos, Bahia.



Fonte: Acervo Museu da República (imagem recuperada digitalmente pelo Instituto Moreira Salles).

A imagem acima¹, feita pelo fotógrafo Flávio de Barros², em 1897, registra a rendição de parte dos moradores de Canudos ao Exército brasileiro. Nela, avistamos em primeiro plano, mulheres e crianças, uma mulher negra que se destaca das demais por estar com a cabeça descoberta. Todas envoltas em panos, sentadas no chão e cercadas por soldados armados que posam para o fotógrafo, como que em guarda a troféus de guerra. Atualmente a imagem compõe o acervo do Museu da República.

¹ Flávio de Barros. *400 jagunços prisioneiros*, 2 de outubro de 1897. Canudos, Bahia. Acervo Museu da República (imagem recuperada digitalmente pelo Instituto Moreira Salles). Acesso em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=3002>.

² Augusto Flávio de Barros notabilizou-se pelos registros que fez da Guerra de Canudos, únicos até hoje conhecidos. Criou um álbum com setenta fotografias do confronto, do qual registrou: a paisagem árida do sertão baiano, a destruição do Arraial de Canudos, a imagem do corpo exumado de Antônio Conselheiro e dos grupos de oficiais, o dia a dia das tropas, o momento da rendição e destruição do arraial.



IV CONGRESSO ÉTNICO RACIAL

XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



O “Cangaço”, no final do século XIX, é apresentado por Paula (2016), como sendo o principal movimento social que desafiou o establishment nas décadas de 1920 e 1930. Para o autor, a miséria causada pela seca e a concentração de renda geraram os grupos de cangaceiros que marcaram o nordeste brasileiro, em sua busca por justiça ou vingança. Dentre esses grupos, o de maior expressão foi o Bando de Lampião, cujas ações permeiam o imaginário popular de maneira dúbia – ora vilão, ora herói – até os dias atuais. O Bando findou da mesma maneira que os demais movimentos de resistência popular contra os mandos do Estado: massacrado pelo aparato policial do Estado, o bando foi morto em Angico-SE, em uma emboscada; seus membros tiveram as cabeças cortadas e expostas como troféus pelas forças de segurança da República (PAULA, 2016).

A imagem abaixo³, de autoria desconhecida, atualmente está sob a tutela do Instituto Moreira Salles. Registra a exposição das cabeças decapitadas do Bando de Lampião, sobre as escadarias da prefeitura da cidade de Piranhas-AL. Em primeiro plano, no centro da imagem, vemos onze cabeças. Ao lado de cada uma, um papel indicando seus nomes; em torno delas, objetos do grupo, dos quais se destacam chapéus, bolsas, rifles e duas máquinas de costura.

Imagem 2 – Anônimo. *Os trágicos troféus de Angico*, 1936. Piranhas, Alagoas.



Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.

No século XX, dentre as produções bibliográficas sobre os diversos movimentos de



IV CONGRESSO ÉTNICO RACIAL

XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



resistência ligados a terra, destacamos as “Ligas Camponesas” e o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”. Segundo Magrini (2015), as “Ligas Camponesas” são as expressões mais emblemáticas da segunda metade do século XX.

As Ligas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco e que se estenderam a outras regiões do país. Na década de 1960, elas foram impulsionadas, sobretudo, pela proposta de “reforma agrária” do governo João Goulart, porém desestruturadas pelo “Golpe Militar” de 1964. Ressurgem no final da década de 1970, por ocasião da expulsão, por parte dos índios, de posseiros que viviam na reserva indígena de Nanoai, do norte do estado do Rio Grande do Sul. Expulsos da reserva indígena, em setembro de 1979, os posseiros ocuparam uma área historicamente conflituosa, a Granja Macali, na Fazenda Sarandi, em Ronda Alta-RS (MAGRINI, 2015).

Em comum, os episódios apresentados acima expõem trajetórias de lutas de trabalhadores no Brasil, sobretudo daqueles que continuaram a resistir no campo.

A década de 1970 marca o Brasil também pela Ditadura Militar, período histórico de acirramento da repressão e perseguição a alguns setores da sociedade, sobretudo, àqueles que estivessem ligados aos movimentos de reivindicação popular. Porém, a violência experimentada naquele tempo não impediu a reorganização dos povos, que, no campo, viviam na condição de sem terras. Neste cenário, emergiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um complexo sujeito coletivo que, em cena, protagonizou – e protagoniza ainda hoje – movimentações que trouxeram de volta algumas utopias libertárias que a elite agrária brasileira, concentradora de terras, e na tentativa de assegurar seus privilégios, pretendeu fazer trabalhadores e trabalhadoras acreditarem estar mortas.

Os Sem Terra⁴ conseguiram reunir em grandes acampamentos de lona preta, no espaço rural, diversas e diferentes pessoas descendentes daquelas que, no processo de conformação da estrutura fundiária brasileira, foram alijadas da terra e, conseqüentemente, amargaram e amargam nas periferias do Brasil, vivendo o desemprego ou subemprego e a falta de alimentação e moradia. Todas essas pessoas se unem pelo objetivo de lutar pela terra e pela imediata concretização da Reforma Agrária.

Alguns episódios envolvendo atores sociais organizados neste movimento constituem marcos históricos para a sociedade, como é o caso dos massacres de trabalhadores ocorridos em Eldorado de Carajás-PA, Corumbiara-RO, Colniza-MT e Pau D’Arco, no sudeste do Pará. Estes são apenas alguns dos conflitos conhecidos envolvendo os Sem Terras no Brasil. Todos recentes, apontam para a necessidade de enfrentarmos a desigualdade social no país, por meio



IV CONGRESSO ÉTNICO RACIAL

XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



de políticas públicas que promovam inclusão e bem-estar social.

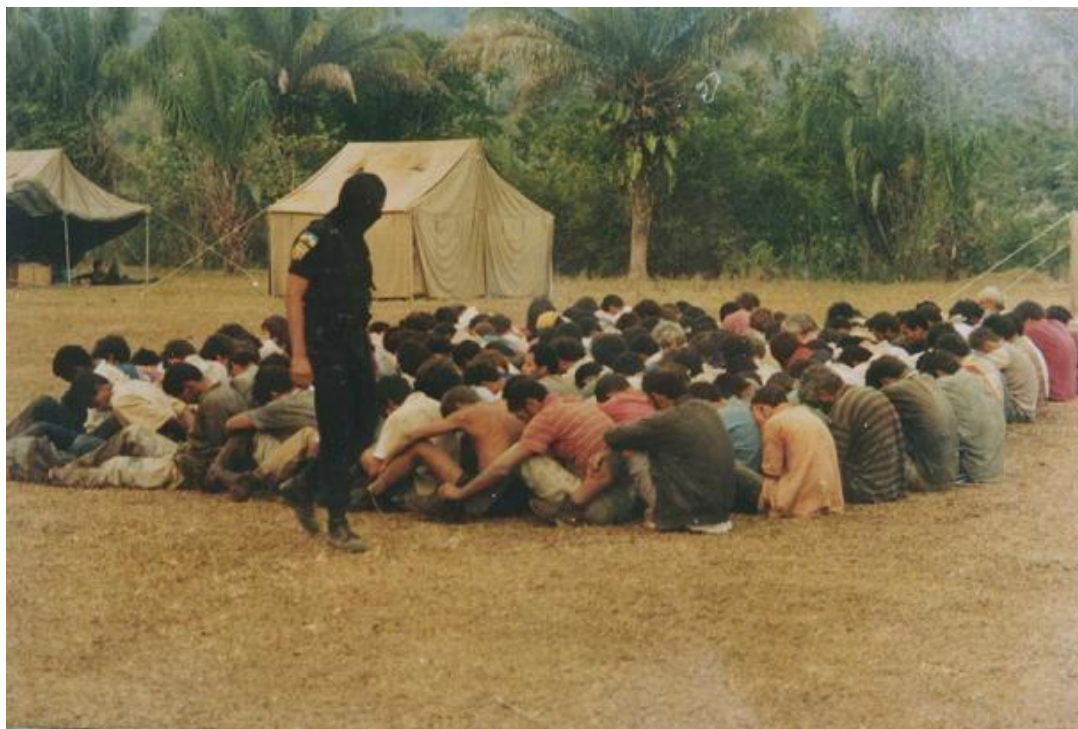
_____ Um desses eventos ocorreu em julho de 1995. A fazenda Santa Elina, em Rondônia, uma entre as várias terras de alta fertilidade doadas pelo governo a empresários durante a Ditadura Militar, é ocupada por Famílias Sem Terra. Em agosto de 1995, a Polícia Militar do Estado, o Comando de Operações Especiais (COE) e pistoleiros a serviço dos fazendeiros se organizaram para cumprir a ordem de reintegração expedida pelo governo e cercam o acampamento, que contava com aproximadamente 600 famílias. A ação resultou na morte confirmada de nove trabalhadores, uma menina de nove anos, uma pessoa não identificada, e dois policiais. O episódio ficou conhecido como o “Massacre de Corumbiara”⁵.

O documentário “Massacre de Corumbiara”⁶, com direção de Georges Bourdoukan e TVT (Televisão dos Trabalhadores), de setembro de 1995, disponível na videoteca digital Videoteca Virtual Gregório Bezerra⁷, é um material importante porque traz os relatos dos camponeses, pouco depois do fato ter acontecido. Nele, acompanhamos diversas narrativas de episódios cruéis, como é o caso de uma pessoa obrigada a comer o cérebro de outra.

A fotografia abaixo foi produzida por Eliseu Rafael de Sousa⁸. No centro, são mostrados homens sentados no chão, todos de cabeça baixa, como em posição de rendidos, dominados. A imagem destaca, ainda, um homem de pé, usando roupas pretas e capuz, indicando vigilância. Ao fundo, dois barracos de plástico e a mata. Encontramos poucos dados referentes ao fotógrafo, o que não diminui a importância de sua produção e de seu testemunho de um dos momentos do conflito. É possível encontrar outras imagens sobre este episódio na obra “Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondônia 1995”, de Helena Angélica de Mesquita (2001).



Imagem 3 – Eliseu Rafael de Sousa (Fotógrafo). *Massacre de Corumbiara*, agosto de 1995. Rondônia, Brasil.



Fonte: Eliseu Rafael de Sousa (1995).

Eldorado dos Carajás é um município brasileiro localizado no estado do Pará, no qual, em 17 de abril de 1996, dezenove trabalhadores rurais Sem Terra foram mortos pela polícia militar enquanto marchavam em direção a capital do estado, em ação que exigia a Reforma Agrária. Os agricultores que ocupavam a Fazenda Macaxeira, em Curionópolis, no Pará, foram acusados de impedir a circulação de trânsito na rodovia pela qual caminhavam. Para desobstruí-la, o então governador do estado, Almir Gabriel (PSDB), o secretário de Segurança, Paulo Sette Câmara, e o presidente do Instituto de Terras do Pará, Ronaldo Barata, articularam uma operação militar que deixou 19 mortos, mais de 50 pessoas feridas e agricultores presos.⁹

A foto em preto e branco, é de João Roberto Ripper, um fotógrafo brasileiro dedicado a registrar fatos ligados aos direitos humanos, à terra e à moradia, no combate ao trabalho

⁹ Encontramos mais informações sobre este caso no filme documentário “O Massacre de Eldorado dos Carajás”, disponível para acesso na Videoteca Gregório Bezerra: https://www.youtube.com/watch?v=n59th4opL_E.



IV CONGRESSO ÉTNICO RACIAL

XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



escravo. Foi para Eldorado dos Carajás, em 1996, com o objetivo de fotografar o velório dos 19 trabalhadores Sem Terra assassinados pela polícia¹⁰.

Esta fotografia contém homens, mulheres, crianças, dispostos em forma de círculo ao redor de caixões. No primeiro plano, no canto esquerdo, vemos alguns homens voltados para os caixões; no canto esquerdo, algumas crianças e uma mulher com atenção voltada provavelmente para a câmera que os fotografa. Ao centro, os caixões com coroas de flores em cima e, no fundo, uma multidão de pessoas paradas, em posturas que expressam tristeza.

Imagem 4 – João Roberto Ripper (Fotógrafo). *Velório dos Sem Terra mortos no Massacre Eldorado dos Carajás, Pará, 1998.*



Fonte: Acervo da exposição “Eldorado dos Carajás: 20 anos de impunidade”.

Todos os conflitos explicitados até aqui, e seus resultados, demonstram que, desde a escravidão, o Estado brasileiro não mudou suas técnicas repressivas, ao contrário, aprimorou-as, quando se trata da resolução dos conflitos resultantes da desigualdade social. Em comum,

¹⁰ “A memória fica gravada”, diz sobrevivente do Massacre de Eldorado dos Carajás. In: *Revista Virtual Brasil de Fato*, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/a-memoria-fica-gravada-diz-sobrevivente-do-massacre-de-eldorado-dos-carajas/>.



IV CONGRESSO ÉTNICO RACIAL

XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



Imagem 5 – Caio Mota (Fotógrafo). Familiares de uma das vítimas do massacre de trabalhadores rurais de Coliniza, Mato Grosso, 2017.



Fonte: Caio Mota (2017).

É uma imagem que nos transmite tristeza, sentimento expressado também pelos olhares das pessoas fotografadas. As imagens das crianças nos impactam muito, seus rostos mostram cansaço. De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em vigência, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, e estes devem ser assegurados “por lei ou por outros meios”. A eles devem ser garantidas, pela família, comunidade, sociedade em geral e poder público, todas as oportunidades e facilidades, a fim de assegurar-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Questionamos: como isto será possível, se continuarmos a seguir os mesmos modelos de posse de terra praticados desde Brasil Colônia? A família em situação de pobreza procura meios de romper com este lugar de miserabilidade, porém, para quem é ligado ao campo, sair da condição de pobreza passa diretamente pelo confronto com o latifúndio, que, historicamente, é tutelado pelo Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



IV CONGRESSO ÉTNICO RACIAL

XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



Identificamos, em nosso trabalho, que a opção política do Estado brasileiro para o campo se dá pela lógica da grande propriedade agrícola. Os territórios que escapam dessa lógica são compreendidos como atrasados, antigos e residuais, como é o caso dos povos das florestas, dos quilombos, dos acampamentos e assentamentos de Sem Terras, dos pequenos agricultores e territórios de extrativistas.

Esta pesquisa compõe uma tradição de estudos que acredita que existam outras diferentes histórias sobre a sociedade brasileira a serem contadas, sobretudo aquelas ligadas a pessoas que tiveram seus direitos – à terra, ao trabalho, à dignidade e à humanidade – extirpados pela violência da lógica colonizadora.

Conforme Ribeiro (2017), a história do Brasil não pode ser a de uma voz única. Pluralidade de vozes é também resgate de dignidades, e foi nesta perspectiva que fizemos um breve resgate das lutas de resistências que se fazem presentes ao longo dessa história. “Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível „voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela lógica colonizadora” (RIBEIRO, 2017, p. 90).

Nesta reflexão, que acreditamos ser uma entre as muitas necessárias sobre a história da sociedade brasileira, não poderíamos deixar de evidenciar que, em 14 de março de 2018, assistimos bestializados ao assassinato da jovem liderança política negra defensora dos direitos humanos nas favelas do Rio de Janeiro, Marielle Franco. E, também, em 7 de abril de 2019, acompanhamos o Exército brasileiro desferir 80 tiros contra uma família negra, vitimando o músico Evaldo dos Santos Rosa e um catador de recicláveis, Luciano Macedo. Esta ação faz parte do que, em nosso país, chamam de “operações de pacificação e combate ao tráfico de drogas”, rotineiramente realizadas nas periferias das grandes cidades brasileiras, e quase sempre com os mesmos resultados: mortes de adultos negros e seus descendentes, sejam adolescentes ou crianças.

Na virada do III milênio, são cinco séculos do “descobrimento” da América, do Brasil. O tempo passou, mas não passaram os massacres contra os trabalhadores, contra os meninos de rua e meninos do campo. Não bastara o sofrimento impingido a eles pelo salário mínimo, más condições de vida e desemprego puro e simples, ainda são protagonistas de episódios como Candelária, Carandiru, Eldorado do Carajás, Corumbiara, Favela Naval e tantos outros locais que serviram de palco para massacres e execuções. [...]. Mas até quando vai se sustentar tal situação? Qual a perspectiva de mudança? (MESQUITA, 2001, p. 230).

Não temos respostas aos questionamentos de Mesquita (2001). Por ora, a partir dos registros fotográficos aqui apresentados, percebemos que negros, mulheres e crianças são os mais vitimados nesse processo de luta pela terra. Assim, encerramos este trabalho com as palavras corajosas de um dos sobreviventes do Massacre de Corumbiara-RO: “é só isso que eu tinha prá contar”¹⁴. E pontuamos que, a fala deste trabalhador brasileiro ecoou, e continuará



IV CONGRESSO ÉTNICO RACIAL
XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



ecoando até que se reconheça, no Brasil, o direito à terra, ao trabalho e à moradia – o direito à dignidade humana – que só será possível com a reestruturação fundiária, política e ética deste país.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CANUDOS. Direção: Ipojuca Pontes, 1978. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=38EMSHT0gHQ>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CORUMBIARA, caso enterrado. Roteiro e edição: Pedro Watanabe. Vídeo 4 min20s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cv12f3GfZ8Q>. Acesso em: 23 jun. de 2019.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Tradução de Inês Martins Ferreira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, mar. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 15 jul. 2019.

INNOCENTINI, T. C. **Capitanias hereditárias**: herança colonial sobre desigualdade e instituições. 2009. 57 f. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

MAGRINI, P. R. **Produção acadêmica sobre o MST**: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. 2015. 378 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MASSACRE de Corumbiara. Direção Georges Bourdoukan; TVT; Comitê Chico Mendes, 1995. Vídeo 15min22s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=heKdYrMDpG8>. Acesso em: 23 jun. de 2019.



IV CONGRESSO ÉTNICO RACIAL
XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



MESQUITA, H. A. de. **Corumbiara**: o massacre dos camponeses, Rondônia, 1995. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MONTEIRO, V. S. V. **Canudos**: as crianças do sertão como butim de guerra. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

O MASSACRE de Eldorado dos Carajás. Realização: FASE, CEPEPO. Vídeo 32min42s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n59th4opL_E. Acessado em: 23 jun. 2019.

PAULA, R. de. **A questão agrária e insurgências na América Latina**. 2016. 185 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, R. J. S. de; CABRAL, José Pedro Cabrera. Aspectos da questão agrária no Brasil. **Produção Acadêmica**, Porto Nacional, v. 2, n. 1, p. 75-86, jun. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/29>. Acesso em: 20 ago. 2019.

TERRA para Rose. Direção: Tetê Moraes, 1987. Vídeo: 83min25s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=422xCGIJZR4>. Acesso em: 23 jun. 2019.